

XV Congresso Brasileiro de Sociologia
26 a 29 de julho de 2011, Curitiba (PR)
Grupo de Trabalho: GT24 – Sociologia da Cultura

Patrimônios da Humanidade e Intervenções Urbanas em
Perspectiva Comparada

Elaine Ferreira Lima*
Universidade de São Paulo – USP

* Mestre em Sociologia pelo Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe – NPPCS/UFS e doutoranda em Sociologia pela Universidade de São Paulo – USP.

Patrimônios da Humanidade e Intervenções Urbanas em Perspectiva Comparada

Elaine Ferreira Lima

Tem se tornado lugar comum nos debates sociológicos apontar para a tendência pós-moderna de estetização das estruturas sociais e da vida cotidiana, bem como para a expansão da cultura para todos os domínios da vida econômica. Contudo, se empreendermos um retrocesso básico, identificaremos que a busca de uma “sociologia culturalizada” como resposta a uma culturalização da vida social já se encontrava presente nos empreendimentos analíticos de teóricos sociais preocupados em interpretar as experiências iniciadas na modernidade.

É a partir desse pressuposto que Steven Connor (2002) concebe a sociologia da cultura como aquela que se “ocupa do estudo das formas e práticas culturais e artísticas” (p. 347), assumindo a posição de que, embora pareça simplista e restritiva, foi justamente no sentido desta definição que se seguiram autores como Georg Simmel, Walter Benjamin, Raymond Williams, Stuart Hall, J. Baudrillard e Fredric Jameson. Não obstante suas distintas análises, entre esses nomes um denominador comum toma importância: o fato de colocarem direta e especificamente como problema sociológico questões ligadas à arte, à estética e à vida cultural, buscando a explicação desses fenômenos não a partir de si mesmos, mas tendo em foco o seu significado no conjunto de aspectos que enformam a vida social. Os domínios da estética e da cultura foram enfatizados e investigados não apenas como um campo de estudo digno de nota, mas principalmente como elementares para a própria teoria social.

De fato, para boa parte desses nomes, o estudo da sociedade poderia ser mais profícuo se atribuíssemos atenção especial aos problemas da cultura. Mais do que compreender a maneira pela qual formas e processos sociais podem esclarecer a atividade estética e cultural, a questão estava em evidenciar como “as técnicas filosóficas e crítica de compreensão e interpretação das obras de arte, em conjunto com as expressões estéticas,

poderiam ser úteis e necessárias para estudar a vida social” (CONNOR, 2002, p. 347).

Isto em mente, esta pesquisa, ainda em andamento, insere-se numa empreitada que toma a cultura como um dos elementos mais promissores para o entendimento das dinâmicas que movem a vida urbana e a cidade contemporânea, a qual, nas últimas décadas, adentrou numa lógica de empresarialização exacerbada e que frequentemente é vista como mercadoria a ser escoada para determinados mercados.

Partindo da inter-relação existente entre cidade e cultura, este trabalho tenciona analisar a conversão de centros históricos em Patrimônio da Humanidade, buscando, acima de tudo, problematizar os tipos de intervenções urbanas que acompanham esse processo em suas diferentes etapas. A partir de um estudo comparativo que tem como universos empíricos os casos de São Luís, no Brasil, e Guimarães, em Portugal, tencionamos investigar que papéis desempenham as políticas de revitalização nesses processos desencadeados por meio da UNESCO, importando-nos também saber até que ponto seria pertinente falar que a eleição de um centro histórico como Patrimônio Mundial serve para legitimar práticas de Enobrecimento Urbano.

Cidade e Patrimônio

Como procurou demonstrar Carlos Fortuna (1997), os atuais processos de intervenção no espaço urbano têm seguido uma linha predominantemente mercadológica, chegando, inclusive, à constituição do que ele vai chamar de “concorrência intercidades” amplamente subsidiada por novas políticas urbanas e culturais. Tornar as cidades competitivas parece ter se tornado o carro-chefe do planejamento estratégico que gerencia as cidades contemporâneas.

Nesta conjuntura, o patrimônio cultural tem sido apresentado como recurso destacável na definição de uma imagem de marca de grande valor comunicacional e capaz de fazer cidades sobressaírem frente às demais. Enquanto modelo identitário, as cidades ditas históricas parecem carregar imagem extremamente vantajosa para inserção no contexto concorrencial, principalmente após o vertiginoso crescimento do turismo urbano, que tende a ser sobremaneira reduzido ao patrimonial. Assim, as práticas turísticas carecem cada vez mais de cenários e eventos que despertem a atividade

sensorial dos visitantes, algo suprido com a apresentação de um patrimônio tido como “digno” de ser conhecido (PEIXOTO, 2003).

Desse modo, temos presenciado em escala global um acréscimo considerável das políticas de proteção patrimonial. Estas, que podem ter alcance nacional ou internacional, têm apresentado, por sua vez, uma dupla frente de atuação, envolvendo não só mecanismos legais, como também intervenções pontuais de requalificação ou revitalização de espaços urbanos. Seguindo essa lógica, antigas áreas centrais têm passado por processos de (re)invenção e passaram a ser postas como fundamentais para a memória pública, sendo, por isso, convocadas para exercer a função de testemunhas da história e da cultura do passado.

Levando em conta que nas últimas décadas essas antigas áreas centrais passaram por intensos processos de degradação e pauperização, as políticas de “revitalização” do patrimônio têm despontado como importantes mecanismos de requalificação dos Centros Históricos, tornando-se uma prática comum não só em cidades brasileiras. Ao analisar a realidade portuguesa, Peixoto (2003) aponta como os referidos centros passaram gradativamente a ocupar papel primordial em uma “nova sintaxe do espaço urbano”. Conforme apresenta este estudioso, enquanto metalinguagem, a expressão “Centro Histórico” representa, na verdade, elementos supostamente perdidos nos incisivos processos de urbanização e, sendo assim, nada mais é que um elemento retórico.

As políticas vinculadas à requalificação de antigos centros urbanos perpassam também uma nítida pretensão ontológica, uma vez que selecionam e destacam determinados bens culturais como representativos da tradição local e como repositórios da capacidade de manutenção dos laços comunitários da vida em sociedade. Centros Históricos são tomados então como lugares “de convergência da população para um suposto passado e identidade comuns, expressão de uma memória da nação, da tradição e da cidadania” (LEITE, 2004, p. 22).

Estas intervenções que “revitalizam” sítios históricos têm desencadeado, segundo as proposições de Zukin, uma espécie de economia simbólica do patrimônio (*apud*, PEIXOTO, 2003) extremamente ligada ao turismo e ao lazer,

e que aponta para o surgimento de renovados pressupostos sociais e econômicos. Para Peixoto (2003), isso em parte explica o modo como os centros históricos se tornaram elementos indispensáveis nos discursos relativos às políticas de intervenção e reabilitação urbana. Ao referir-se ao caso de Portugal, este autor ainda escreve:

Um dos processos que é particularmente visível nas cidades portuguesas e que tem directamente a ver com a transformação do espaço urbano, com a dimensão patrimonial da cidade, com o fenómeno turístico e com o mercado de lazer é o processo de estetização das paisagens urbanas. Este processo aponta para a reactivação de usos passados e para a mobilização e a concentração de elementos culturais e históricos de modo a mostrar que as cidades dispõem de um património digno de ser conhecido. É um processo que se caracteriza por uma invenção ou uma reinvenção de tradições, por uma certa folclorização de determinadas práticas urbanas, por uma culturalização de “centros históricos” e por uma transformação da arquitectura em monumentos (p. 218).

Tendo em vista que estes fatos não são exclusivos da realidade portuguesa e que nas últimas décadas esses fenômenos da cultura urbana contemporânea são presenças assíduas no contexto nacional, nossa proposta é, a partir de um enfoque comparativo, problematizar os processos de conversão de centros históricos do Brasil e de Portugal em Patrimônios da Humanidade, atentando para os papéis que as políticas de intervenção urbana desempenham em diferentes momentos desse processo.

Capazes de fomentar mudanças e formação de novas culturas e de diversas formas de sociabilidades, os processos aqui tratados têm influenciado significativamente, tanto no Brasil quanto em Portugal, o aparecimento de novas territorialidades e de diferentes formas de relação do homem cidadão com o espaço público, elementos que precisam e devem ser observados de modo a formarmos um olhar sociológico refinado acerca da cultura urbana atual.

Como bem procurou demonstrar Leite (2009), os estudos comparativos envolvendo políticas patrimoniais e processos de intervenções urbanas possuem, pelo menos, duas contribuições heurísticas que merecem ser observadas: em primeiro lugar, eles possibilitam aferir algo que está implicitamente envolvido no método comparativo, isto é, permitem que semelhanças e diferenças, aproximações e distorções, sejam apreendidas a partir de casos cujos fins pretendidos estavam em consonância, mas nos quais os resultados obtidos apresentaram especificidades marcantes. Em segundo

lugar, a prática de estudos comparativos representa uma possibilidade ímpar de formatar categorias de análise e de aprimorar marcos conceituais.

Ao analisar a atual situação da sociologia da cultura, Connor (2002) coloca o modo a partir do qual a globalização produz constante estado de modificação na cultura, como aspecto urgente, problemático e que as teorias e análises das formas culturais têm para resolver. Ele ainda ressalta que “ao voltar sua atenção para novos estados normativos de transição cultural e de mobilidade, a sociologia da cultura volta a enfrentar uma versão pós-moderna do problema colocado por Simmel e Benjamin” (p. 372), qual seja: a problemática de como atender à especificidade amplamente diversa e microscópica dos fenômenos da vida cotidiana sem deixar de lado a tarefa de cunho explicativo ou sem anular o propósito de encontrar uma inteligibilidade inerente a essa especificidade.

Creemos que as contribuições heurísticas dos estudos urbanos comparados, principalmente no que se refere à possibilidade de depurar conceitos e expandir suas capacidades explicativas, sinalizam um ponto de partida para a dissolução do problema levantado na análise de Connor. Além disso, a pertinência de uma análise comparativa entre Brasil e Portugal se sustenta se levarmos em consideração suas relações históricas, como também as posições semiperiféricas que, “embora em moldes distintos, caracteriza o enquadramento dos dois países no sistema econômico e político internacional” (LEITE, 2009, p. 01). Estes fatores consentem, por sua vez, explorar significativamente dois pontos:

O modo como essas tendências globais se manifestam, ao tempo em que as aproximações e os distanciamentos que marcam a relação histórica entre o Brasil e Portugal abrem outras possibilidades analíticas sobre a compreensão dos modos como se cruzam influências que remetem ora para os contextos nacionais, ora para as diversas mediações que determinam a sua inserção no cenário global (idem).

Isto em mente, tomaremos como referência empírica os casos dos Centros Históricos de São Luís, no Brasil, e de Guimarães, em Portugal, ambos Patrimônio da Humanidade pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura. Enquanto objetos de estudo, os centros históricos possibilitam abranger o hiato existente entre a cidade imaginada, concebida por meio de projetos urbanos, e a cidade vivida, na qual a maioria desses projetos fica encalhada (PEIXOTO, 2003). Cenários de variados

processos de patrimonialização e intervenções urbanas, os centros históricos são, por conseguinte, objetos de estudo poderosos para o entendimento das dinâmicas que permeiam o espaço público e a cidade atual.

Patrimônio e Enobrecimento Urbano

As diversas vertentes dos estudos urbanos contemporâneos, e os casos aqui tratados também apontam para isto, demonstram que as estratégias de gestão urbana tendem cada vez mais a eleger como ponto focal a cultura e, por conseguinte, o patrimônio. Acerca disto, Arantes escreve:

Tais iniciativas, sejam elas grandes investimentos em equipamentos culturais ou preservação e restauração de algo que é alçado ao status de patrimônio, constituem pois uma dimensão associada à primeira, na condição de isca ou imagem publicitária. O que estou tentando mostrar é que hoje em dia a cultura não é o outro ou mesmo a contrapartida, o instrumento neutro de práticas mercadológicas, mas é parte decisiva do mundo dos negócios e o é como grande negócio (2000, p. 47-48).

Neste contexto, o patrimônio ganha contornos de mercadoria a ser oferecida para o consumo cultural. Esta forma de consumo, entretanto, não se limita a uma simples aquisição de produtos regulada por uma razão instrumental, mas abrange em sua essência a afirmação e apropriação de determinados usos e signos. Aqui, o ato de consumir é simbólico e trabalha diferenciando gostos e estilos de vida, demarcando relações sociais específicas (LEITE, 2004).

É dessa maneira que, nas últimas décadas, um número crescente de Centros Históricos identificados como áreas marginais da paisagem urbana tem sido alvo de políticas públicas que intentam práticas extensivas de consumo cultural, lazer e turismo, provocando sua reapropriação por novas camadas da população e pelo capital. No contexto do pensamento urbanístico crítico, estas políticas urbanas, que trabalham atrelando a revalorização do patrimônio histórico à recuperação da infraestrutura urbana visando, sobretudo, a reativação e o incremento da economia local, passaram a ser denominadas *gentrification*.

Neologismo utilizado pela primeira vez nos anos de 1960 por Rute Glass a fim de designar a ocupação de bairros degradados de Londres por novos segmentos da população, os processos de *gentrification* foram compreendidos por ela a partir dos seguintes aspectos: primeiro referiam-se às mudanças que

passaram a ocorrer nas áreas centrais, com a substituição das classes populares por parcelas da classe média; segundo, ligavam-se à consequente aplicação de grandes investimentos financeiros e simbólicos na recuperação e reabilitação dessas zonas centrais e de bairros de residências populares (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006).

Estendendo seu campo de ação para além das fronteiras inglesas, os processos de *gentrification*, tidos por Glass como uma anomalia do mercado imobiliário de Londres, transformaram-se rapidamente em uma “estratégia urbana articulada” (SMITH, 2006, p. 73), apropriada principalmente por administrações municipais no intuito de reabilitar antigos centros, tornando as cidades mais atrativas e mais competitivas. A este respeito, Smith postula:

É claro que essas experiências de gentrificação são bastante diferentes e desiguais, e muito mais diversificadas que nos primeiros casos europeus e norte-americanos. Elas fazem parte de contextos culturais e econômicos de nível muito local e se conectam de maneira muito complexa com as economias nacionais e globais. Entretanto, o que se deve sublinhar aqui é a rapidez da evolução de um processo urbano particular ainda tão marginal, primeiramente identificado nos anos sessenta, e sua transformação em uma dimensão marcante do urbanismo contemporâneo (SMITH, 2006, p. 62).

Hoje, a categoria *gentrification* passou também a ser utilizada para dar conta dos processos de concentração de parcelas das classes média e alta em condomínios de luxo. Entretanto, na forma que aqui a utilizaremos, sua concepção passará pela ideia de mecanismos empreendedores que elegem paisagens marginais no espaço urbano a fim de reabilitá-las econômica e socialmente. Como concebe Leite, *gentrification* será aqui trabalhada como “a transformação de uma localidade histórica em um segmento do mercado, considerando a apropriação cultural do espaço a partir do fluxo de capitais” (2004, p. 20).

Comumente denominados “revitalização”, os processos de *gentrification* possuem também uma indiscutível dimensão classista, muito embora a ideia de diversidade social esteja constantemente presente no discurso de seus executores. Se levarmos em conta que, de maneira quase majoritária, os atuais centros citadinos possuem uma composição social popular, os mecanismos de reabilitação urbana e de revalorização do patrimônio cultural correspondem, na verdade, a ações voltadas à atração das camadas mais abastadas da população, o que muitas vezes tem resultado numa apropriação quase privada

do espaço público e numa expulsão dos antigos usuários, algo que Zukin (2000) chamou muito bem de “higienização social”.

Não obstante existam distintas formas de manifestação dessas políticas de enobrecimento urbano, tratam-se de intervenções que buscam restaurar e preservar espaços com fortes inserções históricas, inserindo atividades que junto com o apelo visual do patrimônio edificado possam despertar a atividade turística, de lazer e de consumo cultural, resultando em incisiva “espetacularização da cultura” (FEATHERSTONE, 1995; LEITE, 2009). Em alguns casos, trata-se também de reabilitar as funções residenciais perdidas nas décadas antecessoras.

Centros Históricos e Revitalização: notas introdutórias de um estudo comparativo

É somente a partir do século XVIII que determinados bens assumem a postura de herança pública, resultando disso as noções de patrimônio histórico e artístico. Vistos como testemunhas da história, e imbricados de significados como o de identidade cultural, estes, bem como sua preservação, estiveram em conformidade com as necessidades dos Estados Nacionais de legitimarem seu poder e cristalizarem a ideia de unidade. Em linhas gerais, durante todo o século XIX este foi o maior significado imbricado na noção de patrimônio.

Durante esse período estabeleceram-se dois modelos de preservação do patrimônio: um refere-se ao modelo anglo-saxão, que através do apoio de associações civis considerava que a importância do monumento histórico estava muito mais vinculada a questões éticas que estéticas. Assim, não apenas os monumentos excepcionais, mas toda obra que refletisse o esforço humano eram dignas de preservação. O outro se refere ao modelo francês, vertente centralizadora que de maneira regulamentativa tinha como núcleo os interesses do Estado. Aqui, o foco era a conservação de monumentos tendo em vista seu caráter excepcional (CHOAY, 2001). Esta segunda tipologia de preservação tornou-se a dominante nas sociedades ocidentais até meados do século XX, tendo sido exportada para diversos países, entre os quais o Brasil.

Em meados do século XX, em decorrência das reações suscitadas nos indivíduos através do contato com os monumentos, surgem novas percepções e valores ligados ao patrimônio. Principalmente através da etnografia e da

antropologia, os bens patrimoniais passaram a ser legitimados como valores culturais. As práticas de preservação também passaram a superar certos princípios, como a ideia de que preservar significava salvaguardar bens excepcionais, postos em seguida como objetos de contemplação e conhecimento, postura que apresenta caráter museológico anacrônico extremamente elitista (SCOCUGLIA, 2004).

O inicial pressuposto nacionalista também encarou certas mudanças. Gradativamente, ele tem sido substituído pela noção de direitos culturais, gerando a concepção de democratização do patrimônio. Para Scocuglia (2004), isto tem difundido a postura de que o Estado não deve ser o único agente envolvido na preservação do patrimônio cultural de uma sociedade. A própria noção de patrimônio cultural veio substituir as ideias de patrimônio histórico e artístico nacional, marcando sua inserção em dois contextos distintos: um mais amplo, envolvendo órgãos internacionais; e um mais restrito, ligado às comunidades locais. A ressemantização do patrimônio para além dos Estados Nacionais passou, dessa forma, a envolver outros atores e não apenas técnicos e intelectuais, vislumbrando-se nova apropriação política do tema.

Importante também para as novas formatações na noção e no trato do patrimônio foi a criação de órgãos internacionais envolvidos com as questões culturais. A partir de 1950, a atuação da UNESCO fez crescer a proteção internacional de bens culturais imóveis, já que uma de suas funções é prezar pela conservação e proteção do chamado patrimônio universal, indicando as convenções internacionais dessa prática. Foi o que aconteceu, por exemplo, em 1964, quando ela passa a indicar a preservação de sítios históricos em sua totalidade.

Nesse ano, a Carta de Veneza apresentou-se como o primeiro documento internacional a apontar para a possibilidade de preservação de trechos das cidades e de obras que, embora modestas, alcançaram com o tempo um significado cultural. Substancialmente novas, estas indicações representaram uma mudança de foco significativa, já que anteriormente apenas edificações monumentais e isoladas eram tidas como dignas de restauro e preservação. Na carta, afirmava-se que por vezes a conservação de um monumento tornava imprescindível a preservação de seu entorno.

Outra ação da UNESCO que particularmente nos interessa foi a criação da Lista do Patrimônio Mundial. Em convenção realizada em 1972, uma gama de justificativas para a proteção internacional de bens culturais e naturais foi posta em evidência. Caberia, portanto, ao país onde o suposto bem se situa tomar a iniciativa de inscrevê-lo na lista, ainda que a decisão final seja de responsabilidade de um Comitê interno da UNESCO. Desde então, o rigor do processo de eleição e a credibilidade da UNESCO parecem conferir atratividade e qualidade inestimável aos bens inscritos na lista. O status de Patrimônio da Humanidade tornou-se ponto de destaque no turismo internacional e cresce cada vez mais a ideia de que o patrimônio é um poderoso aliado para o desenvolvimento das cidades, deixando-se de lado a visão que o colocava como fator impeditivo do progresso urbano. Como elemento destacável da cultura, ele ocupa, na lógica do capitalismo contemporâneo, uma posição privilegiada.

Levando isso em conta, tomaremos como objeto empírico dois sítios históricos, um do Brasil e outro de Portugal, que nas últimas décadas receberam o status de Patrimônio da Humanidade, quais sejam: Centro Histórico de São Luís e Centro Histórico de Guimarães.

São Luís, capital do Estado do Maranhão, localizado no nordeste do Brasil, foi fundada em 1612 por ocupação francesa, tendo sido tomada pelos portugueses três anos depois. O centro desta cidade figurou até meados do século XX como seu principal núcleo urbano, marcado incisivamente pela presença da elite local (BOTELHO, 2005). Contudo, no período pós 1970, criam-se novos bairros, a cidade expande-se para muito além dessa centralidade e presencia-se a saída gradativa das classes que antes a ocupava, dando margem para a ocupação desse espaço pelas camadas populares. A exemplo do que ocorreu com outras capitais brasileiras (LIMA, 2008; FRÚGOLI, 2000), os novos espaços da cidade passaram a receber maior número de investimentos públicos e privados que, diminuídos ou mesmo retirados da área central, deram início ao seu processo de degradação física e de mudança em seus aspectos residenciais.

Grandes casarões foram transformados em habitações coletivas, e foi a atividade comercial, ainda que em franca pauperização, que, acrescida das atividades administrativas, permitiu que o centro de São Luís continuasse

figurando como importante área urbana (CORRÊA, 2001). Além disso, contribuíram para a manutenção de sua importância os processos de patrimonialização iniciados em 1953, quando o tombamento federal do Centro Histórico de São Luís abriu caminho para seu tombamento estadual nos anos 1980 e garantiu a preservação de um espaço que, apesar da inexistência de grandes monumentos, destaca-se por seu conjunto compacto de casarios e edificações coloniais de valor considerado inestimável.

Se as políticas de tombamento do Centro Histórico de São Luís tiveram início já na década de 1950, foi somente a partir dos anos 1970 que se presenciou a formulação e execução de processos de intervenção urbana. O primeiro deles foi o Projeto Praia Grande, cuja finalidade era propor ações para revitalizar o Centro Histórico. Em 1986, esse projeto é revisado e inicia-se uma parceria entre os governos municipal, estadual e federal, representado pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Origina-se assim o PPRCHSL - Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís.

No período de 1987 a 1990 ocorre a segunda etapa desse programa; tratava-se agora do Projeto Praia Grande – Reviver, que traz à tona a vocação turística e de lazer desse espaço, incluindo a restauração de prédios históricos e de alguns elementos da infraestrutura urbana. A terceira etapa do Programa ocorre entre os anos de 1991 e 1994 e esteve relacionada à restauração de um importante teatro e, de maneira mais direta, a um Projeto Piloto de Habitação que visava resgatar o uso residencial do Centro Histórico. Os projetos voltados para o fortalecimento residencial desse perímetro urbano também estiveram presentes na quarta etapa do PPRCHSL, que vai de 1995 a 1997. Neste último ano, já com o título de Patrimônio da Humanidade concedido pela UNESCO, o Governo do Estado do Maranhão passa a contar, através do PRODETUR/NE – Programa de Desenvolvimento do Turismo com apoio financeiro do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento e do BNB – Banco do Nordeste do Brasil. Neste período, três projetos foram levados a cabo: o Projeto de Habitação e Promoção Social, o Programa de Revitalização e o Projeto de Desenvolvimento do Turismo Cultural (CAMPOS 2002).

A partir do ano 2000 teve início a quinta etapa do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís, que continuou a

focar suas ações na recuperação de antigos casarões, na revitalização das atividades portuárias visando a geração de emprego e renda, na melhoria das qualidades ambientais e de vida, no incentivo ao turismo cultural e de lazer, bem como em subprogramas de habitação social (CAMPOS, 2002; BOTELHO, 2005).

Como se vê, o caso de São Luís guarda aspectos de grande valor para uma análise científica dos projetos de patrimonialização e revitalização no Brasil. O tombamento de seu centro histórico pelas instâncias federal e estadual mostra-se pioneiro no Brasil, já que, segundo Telles (1984), embora seja possível identificar internacionalmente proposições sobre a preservação de sítios urbanos já na década de 1960, no Brasil é somente nos anos 1980 que as práticas de restauração e preservação destes têm seu início mais efetivo. Além disso, chama atenção a longevidade da experiência. São mais de três décadas de ações legislativas e investimentos efetivos voltados ao Centro Histórico de São Luís.

Diferentemente da maioria das experiências de revitalização em sítios históricos brasileiros, o caso de São Luís apresenta uma grande preocupação com o aspecto residencial, sendo um dos poucos centros históricos do Brasil que após passar por incisivos processos de degradação e intervenção urbana ainda consegue manter os usos residenciais, mesmo que em condições precárias e dividindo espaço com outras atividades, a exemplo do comércio e do turismo. Desse modo, chamou-nos a atenção o fato de a experiência ludovicense ainda estar longe de ocupar nos estudos urbanos brasileiros o mesmo papel de destaque conquistado por outros casos, como os de Salvador (BA), Recife (PE) e Rio de Janeiro (RJ).

A outra experiência empírica de que trata essa pesquisa refere-se ao caso de Guimarães, cidade do litoral norte de Portugal que é considerada o berço da nacionalidade portuguesa, uma vez que lá nasceu o primeiro rei de Portugal. Inscrito na Lista da UNESCO, o Centro Histórico de Guimarães também tem sofrido importantes processos de patrimonialização e intervenção urbana. Assim como aconteceu em São Luís, a região constitutiva do Centro Histórico de Guimarães adentrou a década de 1980 marcada por significativos problemas no estado de conservação de seus edifícios e em seus aspectos habitacionais. Dessa maneira, no ano de 1983 o poder público volta sua

atenção para a área central e propõe a criação de um gabinete municipal cujo olhar estaria exclusivamente focado para essa parte da cidade. É assim que surge o Gabinete do Centro Histórico de Guimarães que, em 1985, passa a se chamar Gabinete Técnico Local - GTL.

A partir desse ano, o Gabinete, que até então tinha se dedicado a identificar os problemas da região, passa a tomar ações mais efetivas, seguindo três eixos principais: a) reabilitação dos espaços públicos; b) reabilitação dos edifícios municipais e c) apoio técnico e financeiro aos privados. Segundo Aguiar (1998), a instituição de um gabinete e as ações de conservação do patrimônio urbano marcaram uma gestão urbana estratégica que fez de Guimarães um caso pioneiro em Portugal.

Nesses moldes, o GTL trabalhou sobremaneira evitando, por exemplo, que residências fossem ocupadas por atividades terciárias, sendo o responsável direto pelos licenciamentos e fiscalização de obras destinadas ao Centro Histórico. Apesar disto, ou justamente por causa disto, no período de 1985 a 1998, obras de reabilitação foram realizadas em mais da metade dos edifícios que compõem o núcleo histórico da cidade (AGUIAR, 1998). O nível de conservação de seu conjunto arquitetônico foi, inclusive, um dos três pontos positivos para a inscrição do Centro Histórico de Guimarães como Patrimônio da Humanidade.

Segundo a UNESCO, “Guimarães, uma cidade excepcionalmente bem preservada, reflecte a evolução de alguns edifícios particulares desde os tempos medievais até ao presente, com particular incidência entre os séculos XV e XIX”. Os outros dois pontos utilizados pela UNESCO para sua inscrição estiveram baseados, por conseguinte, nos seguintes critérios: além de deter um considerável significado universal, já que nesta cidade se desenvolveram especializadas técnicas de construção de edifícios exportadas para as diversas colônias portuguesas, a história de Guimarães encontra-se fortemente associada à formação da identidade nacional e da língua portuguesa no século XII (UNESCO, 2009, p. 01).

Nos últimos anos, o poder público tem trabalhado fortemente para desenvolver o potencial turístico da cidade Guimarães. Entretanto, a aposta tem estado vinculada não só à oferta de um patrimônio bem conservado e de valor histórico reconhecido mundialmente, mas também à instituição de

equipamentos de lazer e de novas festividades, a exemplo do Centro Cultural de Vila Flor, do “Verão Vale a Pena em Guimarães” e do “Festival de Jazz”, bem como na criação da Zona (ZTG) e do Gabinete de Turismo de Guimarães.

Assim, tanto em São Luís quanto em Guimarães, intervenções patrimoniais e urbanísticas vêm formatando novas configurações e afetando o cotidiano dos espaços públicos centrais. São, portanto, estas intervenções que problematizamos nesta pesquisa. Nossa argumentação inicial aponta, como hipótese, que as intervenções urbanas e políticas de enobrecimento são, em um primeiro momento, estratégias utilizadas para a promoção desses centros históricos enquanto Patrimônio da Humanidade. Contudo, uma vez alcançada a inscrição pela UNESCO, o título já obtido serve para legitimar novas ações de revitalização e enobrecimento urbano, utilizando-o, inclusive, como estratégia de promoção no contexto concorrencial de cidades. Assim, podemos dizer também que o patrimônio serve de elemento para legitimar reordenamentos pesados e socialmente caros do espaço. Por fim, ainda é válido ressaltar que esses processos são peças fundamentais na construção da cultura urbana contemporânea.

Mesmo sabendo que nem só de similitudes é feita uma análise comparativa, vale também destacar algumas semelhanças que chamam a atenção e que tornam pertinente o estudo comparativo entre os dois casos. Além da obviedade de se tratar de Centros Históricos que ostentam o título de Patrimônios da Humanidade, e levando em consideração as semelhanças arquitetônicas derivadas da relação colonial, ambos foram assim considerados pela UNESCO não por apresentarem grandes monumentos, mas pela riqueza de um conjunto urbanístico compacto que, nos dois casos, apresenta harmonia considerável.

Outra questão merecedora de nota é que, apesar de São Luís ser uma cidade datada dos anos seiscentos e Guimarães remontar a séculos bem anteriores, nos dois casos as referidas cidades adentraram a segunda metade do século XX com seus respectivos centros urbanos sofrendo caudalosos processos de modificação de usos e de usuários, deixando-se de lado, por exemplo, a função residencial. Também por conta desses fatores é que se inicia primeiro em São Luís, e depois em Guimarães, os processos de patrimonialização e intervenções urbanas que guardam a similitude mais

significativa para os nossos propósitos, qual seja: a preocupação em desenvolver ações voltadas para as questões habitacionais sem, no entanto, deixar de lado as preocupações de cunho turístico e de consumo cultural.

Longe de afirmamos, principalmente nesse momento inicial da pesquisa, que estes processos alcançaram esses objetivos, torna-se pertinente destacarmos as preocupações e ações voltadas para os usos residenciais dessas áreas centrais, o que no caso do Brasil se mostra uma especificidade bem marcante.

Segundo Leite (2009), quando se trata de processos de Enobrecimento Urbano, seria possível falarmos tanto de um “enobrecimento de visitação” quanto de um “enobrecimento residencial”. No primeiro caso, destaca-se o forte apelo turístico, e a questão habitacional resume-se a instalação de luxuosos hotéis em antigos casarões restaurados. Essa tipologia de enobrecimento, predominante no Brasil, “reflete a realidade de ‘decadência’ dos centros históricos brasileiros e do movimento migratório residencial para áreas mais afastadas da cidade” (2009, p. 05).

As cidades europeias, neste sentido, tendem mais a apresentar características do “enobrecimento residencial”. Neste segundo tipo, incorporam-se ações voltadas para a recuperação das funções residenciais ou permanência de moradores. Apesar dessas tipologias não serem necessariamente excludentes, de acordo com Leite elas são primordiais para as análises que envolvem os atuais processos de enobrecimento urbano, e isto se dá por duas razões: primeiramente, “pelo atribuído caráter segregacionista dessa forma de intervenção urbana, que em muitos casos inviabiliza a permanência dos moradores antigos”; e por fim, “pela intenção de alterar os usos dos espaços para adequá-los às demandas do mercado” (2009, p. 06).

Referências Bibliográficas

AGUIAR, João. (1998). **A Experiência de Reabilitação Urbana do GTL de Guimarães: Estratégia, Método e Algumas Questões Disciplinares**. Arquivo Disponível em: www.cm-guimaraes.pt/files/1/documentos/470419.pdf. Acesso em: 19 de agosto de 2009.

ARANTES, Otilia (2000). Uma Estratégia Fatal: A Cultura nas Novas Gerações Urbanas. In: MARICATO, Ermínia & ARANTES, Otilia (orgs). **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, pp. 11-74

BIDOU-ZACHARIESEN, Catherine (2006). **De Volta à Cidade: dos processos de gentrification às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume.

BOTELHO, Tarcísio R. (2005). **Revitalização de Centros Urbanos no Brasil: Uma Análise Comparativa das Experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís**. Revista Eure. Vol. XXXI, nº 93. Santiago de Chile. pp. 53-71.

CHOAY, Françoise. (2001). **A Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP.

CONNOR, Steve. (2002). A Sociologia da Cultura e as Ciências da Cultura. In: Bryans S. Turner (org.). **Teoria Social**. Lisboa: Difusão Editorial – DIFEL, pp. 347-375.

FEATHERSTONE, Mike. (1995). **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo**. São Paulo: Studio Nobel.

FORTUNA, Carlos. (1997). “Destradicionalização e Imagem da Cidade: o caso de Évora”. In: Fortuna, C. (org). **Cidade, Cultura e Globalização: ensaios de sociologia**. Oeiras, Celta.

FRÚGOLI JR, Heitor. (2000). **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole.** São Paulo: Cortez/Edusp.

HARVEY, David. (1992). **A Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Loyola.

LEITE, Rogerio P. (2004). **Contra-usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea.** UNICAMP / UFS: Campinas / São Cristóvão.

_____. (2009). **Cidades, Consumo e Enobrecimento Urbano no Brasil e Em Portugal.** In: Latin American Studies Association. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://plasa.international.pitt.edu/.../lasa2009/files/ProencaRogerioLeite.pdf>. Acesso em: 19 de set. de 2009.

LIMA, Elaine. (2008). **Enobrecimento Urbano e Centralidades: A (Re)Invenção do Centro Histórico de Aracaju.** Dissertação de Mestrado em Sociologia – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão – SE.

PEIXOTO, Paulo. (2003). **Centros Históricos e Sustentabilidade Cultural das Cidades.** Cidade do Porto. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8511.pdf>. Acesso em: 09 de jun. de 2007.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy C. (2004). **Revitalização Urbana e (Re)Invenção do Centro Histórico de João Pessoa (1987-2002).** João Pessoa: Editora Universitária.

SMITH, Neil. (2006). A Gentrification Generalizada: De Uma Anomalia Local à 'Regeneração' Urbana Como Estratégia Urbana Global. In. BIDOU-ZACHARIESEN, Catherine (Org.). **De Volta à Cidade: Dos Processos de Gentrification às Políticas de "Revitalização" dos Centros Urbanos.** São Paulo: Annablume. pp. 59-88.

TELLES, A. C. da Silva. 1984. Centros Históricos: notas sobre a política brasileira de preservação. In. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.º 19, pp. 29-32, 1984.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura. **Centro Histórico de Guimarães – Patrimônio Mundial (2001)**. Disponível em: www.guimaraesturismo.com/files/3/.../20090401140259380247.pdf. Acesso em: 20 de agosto de 2009.

ZUKIN, Sharon. (2000). “Paisagens Urbanas Pós-modernas: mapeando cultura e poder”. In: Arantes, Antonio (org). **O Espaço da Diferença**. Campinas: Papyrus.